



SENADO FEDERAL

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

PAUTA DA 1ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

20/05/2015
QUARTA-FEIRA
às 15 horas e 30 minutos

Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO



**Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras
Inacabadas**

**1ª REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 20/05/2015.**

1ª REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO

Quarta-feira, às 15 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
-Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas.	6

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

(1)

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(5 titulares e 5 suplentes)

TITULARES		SUPLENTE
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Donizeti Nogueira(PT)	TO (61) 3303-2464	1 VAGO
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	1 VAGO
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira(PSDB)	TO (61) 3303-2163/2164	1 VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha(PSB)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508	1 VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124	1 VAGO

(1) Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A):
TELEFONE-SECRETARIA:
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 20 de maio de 2015
(quarta-feira)
às 15h30**

PAUTA

1ª Reunião de Subcomissão

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS - CMAOBRAS**

	Instalação e Eleição
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Instalação e Eleição

Assunto / Finalidade:

-Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMA 6/2015](#), Senador Ataídes Oliveira

1

REQUERIMENTO Nº DE 2015 - CMA

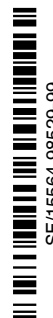
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências, pelo prazo de 8 (oito) meses.

JUSTIFICAÇÃO

A administração pública brasileira está viciada por práticas contrárias a uma boa gestão da coisa pública. A máquina pública sofre com falta de profissionalismo e continuidade das ações e projetos de governo. Nesse contexto se insere o grave problema das obras inacabadas neste país. Muitas vezes os governantes iniciam uma obra em ano eleitoral, mesmo sem adequado planejamento e recursos em caixa, para ganhar votos e se reeleger, ou eleger o seu sucessor.

Esse grave problema de obras inacabadas se espalha pelo país e é o reflexo mais claro de desperdício de dinheiro público e da má gestão do Estado brasileiro. Dentre as obras inacabadas, temos pontes que não são concluídas e rodovias que não são terminadas em tempo adequado e o investimento realizado é perdido por



conta de corrosão. Esses recursos desperdiçados poderiam ir para a melhoria de hospitais, de escolas públicas ou para se atender às verdadeiras prioridades da população.

Nos dizeres do ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo:

Uma obra inacabada desperta a indignação de toda a sociedade. Na quantificação do potencial prejuízo que o estado de paralisação de um empreendimento acarreta aos cofres públicos, além de se considerar o montante nele empregado até a paralisação, devem ser levadas em conta outras circunstâncias: a não-realização dos benefícios que a utilização da obra inconclusa geraria para a população e o custo associado ao desgaste das estruturas e parcelas já concluídas, que, por permanecerem muito tempo sem execução, acabam sendo degradadas pela ação deletéria do tempo e das intempéries.

Em resumo, uma obra paralisada gera muito mais prejuízo do que apenas aquele representado pelos recursos até então inutilmente nela empregados.

Reconhecendo a gravidade desse problema, o Senado federal já estudou questão das obras inacabadas em outras duas oportunidades. Em 1995, a Comissão Especial de Obras Inacabadas apresentou relatório final que listou mais de mil obras naquela situação, e apresentou sugestões de aprimoramento do processo de condução e controle de obras públicas. O relatório concluiu, ainda, pela criação de mecanismos de acompanhamento no âmbito do próprio Senado, que nunca foram implementados.



